



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de prestação de serviços de clipagem, decorrente do Pregão n. xx/2019, Procedimento Administrativo SEI0009033-67.2019.6.12.8000, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxx.

Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. XXXXXXXX, estabelecida na Av. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, **XXXXXXXXXX**, portadora da Carteira de Identidade n. **XXXXX** SSP/xxx e do CPF n. **XXXXXX** doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Edital de Pregão n. xx/2020 - Processo SEI 0006752-07.2020.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento de matérias de interesse direto e indireto do TRE/MS (clipagem de mídia televisiva (TV), online (sites de notícias), impressa (jornais) e radiofônica (rádios), doravante denominados apenas serviços, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. xxx/2020;

1.3.2. Termo de Referência (Anexo – I);

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A empresa deve fazer, diariamente, o rastreamento de material indicado no Item 01, procedendo o monitoramento digital das matérias de interesse desta instituição veiculadas nas mídias televisiva (TV), online (sites de notícias) e impressa (jornais).

2.2. O serviço de clipagem de mídia televisiva deve alcançar, ORDINARIAMENTE, toda e qualquer matéria que faça referência a esta Instituição, mediante acompanhamento por período ininterrupto de 24h, seleção e gravação de matérias de programas jornalísticos veiculadas nas seguintes emissoras:

- TV MORENA (GLOBO);
- TV SBT/MS (SBT);
- TV MS (RECORD);
- TVi (BAND); e
- TVE (CULTURA MS).

2.2.1. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA TELEVISIVA** (TV) deverá alcançar, **EXTRAORDINARIAMENTE**, qualquer outra programação, inclusive aquelas que são transmitidas em horários menos convencionais, devendo a Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial deste TRE/MS - ASCOM, neste caso, comunicar à empresa contratada, com antecedência de pelo menos 24 horas, o nome do programa a ser clipado e da emissora de TV, bem como seu horário de exibição e serão de, no máximo, 2 (duas) ao mês.

2.3. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA ONLINE** (sites de notícias) deverá alcançar a coleta de notícias, entrevistas, reportagens e artigos extraídos da mídia *web*, constante da seguinte relação mínima de sites a serem monitorados:

www.capital.ms.gov.br/cgnoticias	www.acritica.net	www.agorams.com.br
www.campograndenews.com.br	www.campograndenoticias.com.br	www.correiodoestado.com.br
www.corumbaonline.com.br/novo/home	www.diariocg.com.br	www.diariodigital.com.br
www.folhadoms.com.br	www.gl.com.br/tvmorena	www.jornaldedomingo.com.br
www.midiamax.com.br	www.msaqui.com.br	www.msrecord.com.br
www.msnoticias.com.br	www.topmidianews.com.br	www.anastacionoticias.com.br
www.aquidauananews.com	www.bonitonews.com.br	www.capitaldopantanal.com.br
www.capitalnews.com.br	www.cassilandia.news.com.br	www.cidadebranca.com.br
www.costaricanews.com.br	www.coximagora.com.br	www.diarioonline.com.br
www.edicaoms.com.br	www.oestadoonline.com.br	www.falams.com.br
www.fatimanews.com.br	www.maracajunews.com.br	www.midiams.com.br
www.msreporter.com.br	www.navirainoticias.com.br	www.noticias.ucdb.br
www.noticiasdigitais.com.br	www.pontanews.com.br	www.portalbonito.com.br
www.portaldoms.com.br	www.radiowebms.com.br	www.reporterms.com.br
www.sgonews.com.br	www.sidrolandianews.net	www.oprogreso.com.br
www.ojornalms.com.br	www.perfilnews.com.br	www.hojems.com.br
www.douradosagora.com.br	www.douradosnews.com.br	www.douradosinforma.com.br
www.diarioms.com.br	www.folhadedourados.com.br	www.bonitoinforma.com.br
www.portaldoconesul.com.br	www.noticias.ms.gov.br	www.tribunamanews.com.br
www.jpnews.com.br	www.perfilnews.com.br	www.novanews.com.br
www.cassilandianoticias.com.br	www.newsderiv.com.br	www.opantaneiro.com.br
www.jornaldanova.com.br	www.blink102.com.br/news	www.servidorpublicoms.com.br

www.oliberdade.com.br	www.tererenewsms@gmail.com	www.jornaloonibusms.com.br
www.sidrolandianews.com.br	www.reporterms.com.br	www.tererenews.com.br
jornaldanova.com.br	www.agazetaneWS.com.br	www.caaraponews.com.br
www.ocorreionews.com.br	www.jovemsulnews.com.br	www.correiodecorumba.com.br

2.3.1. A relação de sites acima não impede a inclusão de novos portais de expressão que porventura venham a ser criados durante a vigência da contratação.

2.4. O serviço de **CLIPAGEM DE MÍDIA IMPRESSA** (jornais) deverá alcançar o acompanhamento diário, seleção, edição e digitalização das matérias de interesse desta instituição, veículas nos jornais de circulação regional e nacional a seguir: CORREIO DO ESTADO, O ESTADO DE MS, FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO e O GLOBO.

2.5. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA RADIOFÔNICA** será o acompanhamento por período ininterrupto de 24h, seleção e gravação de matérias veiculadas nas rádios CBN, Blink, Capital, Cidade, Atalaia, Imaculada, H'ora e demais rádio se solicitado com 12h de antecedência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. O período de **vigência** deste contrato é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser reduzido, conforme interesse do contratante e mediante notificação prévia, de 30 (trinta) dias, à contratada.**

4.2. O monitoramento será diário, de domingo a sábado, inclusive nos dias de feriado nacional, estadual e local.

4.3. A apresentação das informações constantes do clipping deverá conter as seguintes especificações:

4.3.1. A notícia deverá ser identificada pela data, hora de inserção no clipping, título, palavras-chave (identificando o assunto abordado, devendo estar em destaque no texto) canal de comunicação (impresso/online/rádio/TV), qualificação da matéria (negativo/neutro/positivo), veículo, município, editoria (no caso de impressos e internet), emissora, programa e horário de veiculação (no caso de rádio ou TV).

4.3.2. A avaliação do conteúdo (positiva, negativa ou neutra) deverá ter como referência a atuação do órgão e estar em local de fácil identificação.

4.3.3. No caso de impressos e online, as matérias deverão apresentar, ainda, opção para impressão da matéria.

4.3.4. No caso de online os arquivos devem constar os links para as páginas originais de onde foram extraídas as matérias.

4.3.5. O conteúdo de rádio e TV deverá apresentar tempo de duração; opção para download da matéria, com qualidade para conteúdo de áudio e de vídeo.

4.3.6. Todas as matérias deverão conter campo para envio da respectiva matéria por e-mail – no caso de rádio e TV, deverá ser possível enviar os dados de identificação, com link para download.

4.3.7. O conteúdo clipado e consolidado deverá ser enviado para o email imprensa@tre-ms.jus.br diariamente até as 7h30 do dia seguinte da clipagem, devendo cada notícia ser precedida dos seguintes dados, conforme o conteúdo clipado: veículo, município, caderno, página, emissora, programas, data e hora da publicação.

4.3.7.1. Na vigência do contrato novos endereços de e-mail poderão ser incluídos e/ou alterados.

4.3.8. Plataforma online: As notícias clipadas devem estar disponíveis para o TRE-MS por meio de plataforma online alimentada e mantida pela contratada. Devendo ser possível acessá-la em página da internet a partir de qualquer computador/tablet/smartphone por meio de login e senha a serem disponibilizados pela prestadora de serviço.

4.3.9. O sistema deverá permitir o download do conteúdo em áudio e vídeo, bem como a exportação em formato PDF do conteúdo de mídias impressa e online.

4.3.10. O sistema deverá permitir a criação de boletim tipo “newsletter”, contemplando o envio, por e-mail, das notícias selecionadas (individualmente) pelo usuário. Para composição dessa “newsletter”, o usuário deverá ter a possibilidade de selecionar itens a partir do resultado de buscas. A “newsletter” deverá conter, ainda, a opção de inclusão das notícias apresentadas como “destaque”, a partir da seleção (individual) das mesmas.

4.4. O serviço de clipping jornalístico deverá ser disponibilizado por meio de sistema computadorizado, de forma digital, editado, analisado, indexado e revisado, de domingo a sábado, sendo que os conteúdos monitorados após as 22h deverão estar disponibilizados até as 10h do dia seguinte.

4.4.1. No monitoramento da mídia radiofônica o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, no prazo máximo de 2 horas após a sua veiculação e em formato mp3.

4.4.2. No monitoramento de mídia impressa o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, até as 9h do dia de sua veiculação e em formato PDF.

4.4.3. No monitoramento de mídia online o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, num ciclo máximo de 2 em 2 horas e em formato PDF.

4.4.4. No monitoramento de mídia televisiva o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, no prazo máximo de 2 horas após a sua veiculação e em formato mp4, com resolução 1920 x 1080.

4.5. O Relatório Mensal deverá ser enviado até o quinto dia útil de cada mês contendo a quantidade das matérias veiculadas no mês imediatamente anterior, com valoração da veiculação em reais e avaliação da notícia como positiva, neutra ou negativa.

4.6. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4.7. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

4.8. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

4.9. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, será de responsabilidade de servidor(a) lotado na ASCOM, o(a) qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

4.9.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 4.5 a 4.7 deste Capítulo.

4.10. Verificada alguma falha na prestação do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

4.11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material clipado cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária Anual xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

5.2. O crédito e/ou respectivo empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão indicados oportunamente, com devido registro nos autos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor global desta contratação é de R\$ xx (xxxxxxxxxxxxxx), conforme estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	Quantidade	Meses	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Contratação de serviços de clipping eletrônico: pesquisa, triagem de notícias, artigos, citações, reportagens, matérias jornalísticas e entrevistas, ao vivo ou gravadas, na mídia eletrônica televisiva (TV), mídia online (sites de notícias), mídia impressa (jornais) e radiofônico (rádio), concedidas por autoridades, juízes ou servidores da Justiça Eleitoral, de interesse direto e indireto do Tribunal Regional Eleitoral de MS	12	xx	xx

6.2. Estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário à realização dos serviços), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, no prazo de 07 (sete) dias úteis, após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

a) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)**, devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

d) **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante.

7.2. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

7.3. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de

recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

7.4. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

7.5 Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$$I = i / 365 \text{ " } I = (6/100) / 365.$$

7.6. Não haverá reajustamento dos valores, durante o período de um ano a contar da data da apresentação da proposta, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 28 da Lei n. 9.069, de 29.06.1995, combinado com o § 1º do art. 3º da Lei n. 10.192, de 14.02.2001.

7.7. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

7.8. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, será de responsabilidade de servidor(a) lotado na ASCOM, o(a) qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

8.2. A fiscalização tem autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

8.3. As relações entre o Contratante e a Contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

8.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte operacional dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência, deste Contrato e demais anexos, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolem as previsões do Contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Termo.

8.5. Ao identificar algum descumprimento ou cumprimento em desacordo com as obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito, via fax/e-mail, desde que comprovado o efetivo recebimento por meio de atesto da contratada, registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente, prazo para correção de qualquer inconformidade.

8.5.1. Depois de transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

8.6 Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

8.7. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 30 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

8.7.1 A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

8.8. A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

8.9. A fiscalização deverá atestar a nota fiscal dos serviços, verificando a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do Contratante, procedendo à prévia solicitação de correção, por meio escrito, com recibo da empresa, caso seja necessária.

8.10. A fiscalização deverá manter em arquivo o controle de prazos, saldos contratuais e saldo de empenho, por ventura existente, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

8.11. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência, prioritariamente as disciplinadas no seu Capítulo III.

8.12. Verificada alguma falha na prestação do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.13. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material clipado cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

9.2. Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

9.3. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

9.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

9.5. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

9.6. Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

10.1. Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Contrato e no Termo de Referência.

10.2. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Contrato.

10.3. Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviços.

10.4. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização do TRE, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

10.5. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica.

10.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

10.7. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.

10.8. Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.9. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

10.10. Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.

10.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Configurado o descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação das sanções estabelecidas abaixo, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

11.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

11.2. Será aplicada **Advertência** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- b) falhas durante a execução do fornecimento/prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

11.3. Será aplicada **Multa**, da seguinte forma:

- a) de 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) por dia de atraso na entrega dos

serviços, incidente sobre valor total do contrato, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento), correspondente a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia de atraso, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

b) de 1% (um por cento) do valor total contratado, caso ocorra mais de 3 (três) advertências por escrito referente a mesma falha, ou mais de 5 advertências no computo geral da contratação, ou ainda, caso ocorra descumprimento de cláusulas contratuais.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa deixe de emitir ou encaminhar documento imprescindível ao pagamento;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

e) de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Contratante a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

11.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

11.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 11.3.2 e 11.3.3 abaixo;

11.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

11.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

11.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

11.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não manter a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo ou

g) cometer fraude fiscal.

11.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

11.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

11.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

11.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

11.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 11.5.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

12.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) **Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecido no §1º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

12.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

13.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

13.3. Em vista da previsão de encaminhamento automático de mensagens eletrônicas pelo sistema de gerenciamento de contratações adotado pelo TRE/MS, fica a contratada obrigada a acessar diariamente o endereço eletrônico informado na proposta de preços, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia da data da comunicação expedida, sendo considerada lida, após esse prazo.

13.4. A substituição do endereço eletrônico utilizado pela contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. O foro da Justiça Federal, em Campo Grande/MS, na forma da lei, é o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, lavra-se o presente Termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, xxx de xxxx de 2020.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxx
Representante legal da empresa
xxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 01/10/2020, às 18:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0904850** e o código CRC **517D244C**.

0006752-07.2020.6.12.8000

0904850v3